

# Assembléia e passeata param aulas

As aulas do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) não se normalizaram ontem pela manhã, como estava previsto pela direção da escola, porque uma assembléia dos estudantes, que começou às 9h00, fez com que os alunos fossem dispensados após a primeira aula. Durante a assembléia, os estudantes repudiaram a atitude da direção da escola, em apresentar queixa na polícia contra os membros do Diretório Central dos Estudantes e as ameaças de expulsão destes alunos.

Do Ceub os alunos saíram em passeata até o Conselho Federal de Educação (CFE), conforme decisão da assembléia que contou com aproximadamente 300 estudantes. Chegando no CFE, os estudantes deram as mãos e fizeram um cordão em volta do prédio. Todo movimento foi acompanhado pela polícia que não chegou a fazer qualquer intervenção. Após meia hora de protesto, os estudantes receberam um comunicado do presidente do Conselho, Fernando Gay da Fonseca, pedindo que se formasse uma comissão para falar com ele.

## Processo

Em uma sala, no quarto andar do CFE, Fernando Fonseca comunicou aos estudantes que suspendeu todos os processos de correção e defasagem das mensalidades do mês de dezembro, que deveriam ir à plenária na reunião do Conselho, ontem. "A plenária não se sente habilitada para julgar os processos. Eles vão voltar para a Comissão de Encargos Educacionais para serem reanalisados tecnicamente", disse o presidente do CFE.

A notícia deixou os estudantes

satisfeitos, a ponto de encerrar a manifestação, imediatamente. Segundo o presidente do DCE do Ceub, Antônio Viana, o adiamento do julgamento representa uma vitória para os estudantes. Isto porque os processos pedem o aumento das mensalidades de dezembro, exatamente o mês que serve de base para os cálculos das mensalidades, conforme o Decreto 95.921. Com a retirada dos processos da pauta, as escolas não podem cobrar o aumento adicional que pediram ao Conselho.

Mas os processos podem voltar a fazer parte da pauta da reunião do próximo mês. Por isto, o presidente do DCE, também representante da União Nacional dos Estudantes na Comissão de Encargos Educacionais, disse que vai pedir vistas de todos os processos das faculdades particulares. "Vou apurar todas as informações e confrontá-las com a realidade econômica de cada escola", disse Viana.

## Aumento

A revolta, dos estudantes, começou com a liberação dos preços das mensalidades, em fevereiro. Segundo o diretor do Centro Acadêmico de História do Ceub, Valmir Victório, um crédito estava custando Cz\$ 515 em dezembro e em maio já estava a Cz\$ 5.550 cada. Ele disse que, se aplicar o Decreto 95.921, o valor cai para, aproximadamente, Cz\$ 2 mil. Por isto, os alunos estão se mobilizando para exigir a aplicação dos índices determinados pelo Decreto.

O coordenador geral do Ceub, Maurício Neves, informou que o crédito mais caro, no mês de maio, estava custando Cz\$ 4.561.00 e o

mais barato Cz\$ 3.040,80. Em média um aluno faz cerca de 20 créditos por semestre. Maurício Neves informou ainda que o reajuste das mensalidades foi feito com base no processo que se encontra no CFE, que ainda não foi julgado. Ele explicou que como já havia passado os 60 dias estipulados para o julgamento do processo, a diretoria do Ceub entendeu que o mesmo fora aprovado por decurso de prazo.

Segundo o presidente do Ceub, João Herculino, "a faculdade está cumprindo a lei". "Quem não está cumprindo o contrato firmado com a escola são os alunos", disse ele, explicando que no contrato do Ceub, assinado pelo estudante, diz que a faculdade ministra as aulas e os alunos pagam. "Eles não estão pagando", disse ele. E, se depende dos organizadores do movimento, a escola vai terminar o semestre sem dinheiro. Ontem os estudantes estavam formando uma comissão para fazer piquetes na tesouraria da escola, para evitar que qualquer aluno pague sua mensalidade.

João Herculino disse, também, que a escola já fez acordo com os funcionários e professores do Ceub. Segundo ele, os funcionários da área administrativa tiveram aumento equivalente a 96% e os professores tiveram aumento de 106% a 210%. A média dos aumentos foi de 140%. O presidente da escola queixou-se de não estar cumprindo o acordo firmado entre professores e funcionários, porque não está recebendo dos estudantes. Já os alunos respondem que não estão pagando porque tiveram aumentos acima do permitido pela lei, segundo eles, acima de 1.000%